

Policiamento nas redes: entre o público e o privado

O fluxo de informação em que as fontes são os próprios agentes de segurança é um fato inovador na segurança pública, e que possibilita debate sobre esse comportamento

Gilvan Gomes da Silva
30 de junho de 2021

REPRODUÇÃO



O próprio Lázaro criou um perfil no Instagram, utilizando um celular roubado, para acompanhar as notícias sobre a caçada policial empreendida contra ele

O caso Lázaro será debatido por várias linhas. Por agora, não há todos os elementos necessários para uma análise razoável. Mas o fluxo de informação em que as fontes eram os próprios agentes de segurança - e os meios de disseminação que fazem pessoas concorrerem com mídias tradicionais - é o fato inovador na segurança pública, que já possibilita debate. O impacto das novas tecnologias da informação fez mudar as práticas policiais em relação à comunicação com a sociedade. O aparente estado de anomia no uso dos vídeos e das informações é um fator a ser considerado sobre as consequências das novas tecnologias da informação nas atividades policiais. Algumas instituições de segurança criaram protocolos de uso da imagem nas redes, mas não contemplam a relação público privada.

As imagens gravadas nas operações policiais têm a potencialidade panóptica de controle social da atividade policial e de restabelecimento dos fatos. Assim, mais que uma prestação de conta, é uma forma de construir um cenário de garantias de direitos, conforme debatido sobre as relações de poderes e o impacto das novas tecnologias nas relações sociais envolvendo agentes de segurança e cidadãos. No caso em questão, o Secretário de Segurança informou que tudo foi gravado e estará disponível para atestar a legalidade da ação. Assim, além de estabelecer uma maior igualdade nas relações de poderes entre os agentes de segurança e cidadão, possibilita o controle das ações policiais.

Entretanto, o caso Lázaro descortinou outras consequências da anomia da intersecção do uso da mídia entre as redes sociais digitais e as atividades policiais presenciais. Uma delas é o uso para fins particulares, na esfera do privado. As imagens e vídeos utilizados por agentes de segurança pública, neste contexto, representam a apropriação da atividade pública para fins particulares. Como um caça-like, os agentes gravam as operações para postar nas redes particulares para ter mais “curtidas” e, assim, obter maior contrapartida de capitais econômicos, simbólicos e/ou sociais. O dano, se podemos mensurar desta forma, se dá pela relação público e privado, da apropriação do que é do estado e da sociedade para usos particulares.

Mas ainda há outros danos a partir do contexto desta apropriação, interferindo no andamento da ação ou operação policial. Durante a busca pelo suspeito de diversos crimes cometidos em várias cidades entre o Distrito Federal e Goiás, um grupo de agentes conseguiu resgatar familiares mantidos como reféns do acusado em um riacho. Houve troca de tiros entre o acusado Lázaro e os agentes de segurança, com as vítimas desabrigadas. As imagens que eram compartilhadas nos grupos de aplicativos *Whatsapp* e, posteriormente, nas plataformas *Instagram* e *Facebook*, mostraram a preocupação do agente em enquadrar a imagem durante a ação, assumindo ações de repórter em detrimento de ações de agente de segurança. O vídeo “viralizou”, mas a segurança dele, dos outros agentes e das vítimas resgatadas ficou comprometida.

Essas práticas recorrentes entre os operadores de segurança pública também ficaram nítidas na gestão da operação de busca e apreensão do suspeito Lázaro. A ocorrência que se inicia com o triplo assassinato e sequestro com assassinato, que aparentemente terminaria em poucas horas de busca, desenvolveu-se em uma operação que de forma inédita envolveu ações das polícias militares e civis do Distrito Federal e de Goiás, agentes penitenciários, policiais rodoviários federais, policiais da Força Nacional, agentes da Polícia Federal e da Receita Federal e com grande repercussão nacional.

As entrevistas foram diárias, a partir da assunção do comando da operação pelo Secretário de Segurança de Goiás. Vários canais de comunicação, entre mídia tradicional e novas mídias, tinham acesso e tornavam públicas as informações obtidas nas entrevistas e ao observar a dinâmica policial. Por exemplo, o periódico *Correio Braziliense* tem o perfil na plataforma do *Instagram* e acompanhou e informou durante os 20 dias. Foram 42 postagens com chamadas em *story* (informações temporárias, mas que foram salvas para consultas públicas com o título Lázaro), com reportagens completas nos 20 dias de busca - somente os últimos cinco dias há mais de 40 postagens no *feed* (informações fixas). Posteriormente, o próprio periódico informou que Lázaro havia criado um perfil no *Instagram* a partir do celular roubado para acompanhar as notícias.

Acompanhando as postagens, era possível saber que havia aproximadamente 300 policiais diários; o momento que chegaram as aeronaves e os cães como recurso de busca; as mudanças da base policial e em que localidades concentravam as buscas; a mudança de turno; que não havia comunicação entre as equipes; os locais de pontos de bloqueios nas rodovias; entre outras informações que, aliadas ao conhecimento topográfico que o suspeito tinha e à rede de apoio à fuga descoberta nos últimos dias, tornaram-se empecilhos para obtenção do êxito na busca.

O fluxo de informação que possibilita o controle social das atividades policiais e que preserva a eficácia e eficiência da operação em estado anômico, catalisado pela ânsia de capitalizar os possíveis ganhos políticos ou simbólicos com a captura do suspeito, tornou-se um fator que interferiu tanto na ação individual do agente, aumentando a insegurança pontual da equipe, quanto na ação da gestão da operação, diminuindo a eficiência dos recursos disponíveis, elevando a insegurança e reduzindo a confiabilidade das instituições.

Gilvan Gomes da Silva

2º Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, doutor em Sociologia, professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (PMDF) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (UnB)

<https://fontesegura.org.br/pro/ssao-policia/exm2ge55u6>



